



CFEMEA
Centro Feminista de
Estudos e Assessoria



AFM
Articulación Feminista
Marcosur



Fundo Autônomo em prol da

Igualdade de Gênero

e da

Autonomia das Mulheres

*Elementos preliminares
para a construção de
parcerias estratégicas*

Relatório Final
Versão Preliminar 1.1

Celia Vieira
Rui Gonçalves

Brasília, 30 de Setembro de 2013

Acrônimos

ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
AL&C	América Latina e Caribe
AFM	Articulación Feminista Marcosur
ANDE	Administración Nacional de Electricidad (Paraguai)
AOD	Ajuda Oficial ao Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil)
CA	Conselho de Administração
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
EBISA	Emprendimientos Energéticos Binacionales S.A. (Argentina)
GRE	Gênero, Raça e Etnia
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
ODM	Objetivos do Milênio das Nações Unidas
ONG	Organização não governamental
PDVSA	Petróleos de Venezuela, S.A.
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro, S.A.
RMAAM	Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher (MERCOSUL)
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SA	Sociedade Anônima
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres (Brasil)
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
YPF	Yacimientos Petrolíferos Fiscales, S.A. (Argentina)

PARTE I

Introdução	04
1. Contexto, objetivos e metodologia	06
1.1 Contexto e objetivos do estudo	06
1.2 Metodologia e seus limites	09
2. Caracterização e análise das entidades na ótica da construção de parcerias estratégicas	13
2.1 Empresas do setor de energia	13
2.2 Bancos de desenvolvimento	23
2.3 Organismos regionais multilaterais	27
3. Conclusões e recomendações	31
3.1 Sobre as parcerias estratégicas com as empresas estatais e os bancos de desenvolvimento	31
3.2 Sobre a articulação institucional e política	35
4. Anexo	39

PARTE II

Breve caracterização das entidades selecionadas para o estudo no ótica da Equidade de Gênero, Raça e Etnia	35
---	-----------

Introdução

Este relatório é o produto final de uma consultoria contratada pelo CFEMEA no âmbito do projeto “Fortalecendo o movimento de mulheres e sua agenda de direitos no novo contexto da cooperação internacional”, financiado pela ONU Mulheres.

Essa iniciativa é parte dos esforços da Articulacion Feminista MarcoSur – AFM, no âmbito dos debates sobre a Cooperação Sul-Sul, realizados no contexto dos “Diálogos Consonantes” e, mais recentemente, da “Aliança de Organizações para a Efetividade do Desenvolvimento”.

Nesse contexto, o presente relatório constitui um estudo preliminar destinado a subsidiar o debate sobre a criação de um **Fundo Autônomo** em prol da Igualdade de Gênero e da Autonomia das Mulheres. Debate este que se situa na convergência das discussões sobre integração regional, cooperação Sul-Sul e efetivação dos compromissos latino-americanos e caribenhos com os direitos das mulheres. Ademais, busca alternativas para a sustentabilidade das organizações feministas e do movimento de mulheres, posto que são atores políticos valiosos à democratização da nossa região.

Num primeiro momento do estudo (**Parte I**), são sucessivamente **(i)** apresentados o contexto, os objetivos e a metodologia do estudo e seus limites; é **(ii)** feita a caracterização sucinta dos quatro grupos de entidades estudadas – empresas petrolíferas, empresas hidrelétricas binacionais, bancos de desenvolvimento e organismos regionais multilaterais – e, por fim, são **(iii)** descritas as principais conclusões e recomendações preliminares relativas às parcerias estratégicas e à articulação institucional e política imprescindíveis à construção do Fundo Autônomo.

No segundo momento (**Parte II**), é feita uma breve caracterização das 12 entidades estudadas – na ótica dos temas equidade de gênero, raça e etnia – sob forma de fichas nas quais se detalham a institucionalidade e a incorporação desses temas nas políticas e práticas dessas entidades.

Pretende-se, assim, contribuir com alguns elementos preliminares no importante debate sobre a criação desse Fundo, de forma a, além de garantir maior aporte de recursos, promover alterações na relação entre os financiadores e as redes e organizações feministas e de mulheres na América do Sul na perspectiva de uma maior previsibilidade, flexibilidade e plurianualidade dos seus programas de atividade. Ou seja, na direção da consolidação da sua sustentabilidade e autonomia.

A garantia da sustentabilidade dessas organizações é também a garantia de sua contribuição à luta por mais conquistas e avanços nos direitos das mulheres e na igualdade de gênero, hoje ainda mais fortalecida pelo processo, em curso, de aprofundamento da integração sul-americana. Como ressalta Susan Tolmay,

asignar un mayor financiamiento a las organizaciones de mujeres es una "medida esencial para mantener un movimiento de mujeres vibrante."

1. Contexto, objetivos e metodologia

1.1 Contexto e objetivos do estudo

As organizações feministas e de mulheres cumprem um papel fundamental no processo de garantia dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero, evidenciado na história das lutas e conquistas, ao contribuírem com suas reflexões, teorizações, ativismo e *advocacy* desses direitos.¹ Como expressa Susan Tolmay:²

“Las organizaciones y los movimientos de mujeres son importantes debido a su capacidad de construir formas individuales y colectivas de empoderamiento y abogar por cambios, como también porque crean una transformación sostenida a múltiples niveles que los cambios en las políticas o las intervenciones limitadas no pueden lograr por sí solos.”

Contudo, para dar continuidade a essa luta, as organizações de mulheres na América Latina se deparam com um importante desafio a ser enfrentado: garantir fontes de recursos estáveis para sua manutenção e para o desenvolvimento de seus projetos, que possibilitem sua sustentabilidade e autonomia. Isso porque, especialmente nos últimos cinco anos, o financiamento internacional que, tem sido a base de sustentação de grande parte dessas organizações, tem sofrido expressivas reduções devido à reorientação desses recursos para programas governamentais ou para outras regiões do mundo. Isso foi confirmado pelo diagnóstico desse quadro no seminário realizado em 2008³ sobre esse tema e pelo Marcador de Política de Igualdade de Gênero da OCDE entre 2009-2010.⁴

Segundo pesquisa realizada em 2011, pela Associação para os Direitos das Mulheres no Desenvolvimento (AWID),⁵ esse fato tem afetado em maior grau as organizações da América Latina do que as organizações de outras regiões do mundo.⁶ Em função disso, várias organizações de mulheres do continente tiveram que reduzir suas atividades, programas e projetos, bem como pessoal e/ou salários, sendo que algumas delas ou encerram suas atividades ou correm sérios riscos de as encerrar. No seu conjunto, as consequências desse processo são certamente muito negativas do ponto de vista da luta pela igualdade e empoderamento das mulheres.

¹ Memória do Seminário “*Onde está o Dinheiro para os Direitos Humanos das Mulheres no Brasil e no Cone Sul*” realizado em maio de 2008. Disponível em: http://www.fundosocialelas.org/uploads/noticias/Seminario_memoria.pdf

² *Financiación Para La Igualdad De Género: Retórica Contra Real Apoyo Financiero*. Susan Tolmay. AWID em 16/03/2012. Disponível em: <http://www.awid.org/es/Las-Noticias-y-Analisis/Notas-de-los-Viernes/Financiacion-para-la-igualdad-de-genero-Retorica-contra-real-apoyo-financiero>

³ Memória do Seminário “*Onde está o Dinheiro para os Direitos Humanos das Mulheres no Brasil e no Cone Sul*”, op. cit.

⁴ *Marcador de Política de Igualdade de Género da OCDE en el 2009-2010*, citado em Diálogos Consonantes 2008-2010, Introdução, pág. 15. *Articulación Feminista Marcosur (esta publicación mide sistemáticamente os investimentos da AOD relacionados à Igualdade de Género)*. Disponível em: http://www.mujeresdelsur-afm.org.uy/joomdocs/Libro_DialogosConsonantes.pdf

⁵ Sigla do nome da associação em inglês: *Association for Women's Rights in Development*.

⁶ Encuesta Global 2011 da AWID “*¿Dónde está el Dinero para los Derechos de las Mujeres?*” *Resultados Preliminares de Investigación*. Por A. Pittman et al., Junio 2012 disponível em: <http://www.awid.org/esl/Media/Files/Where-is-the-Money-preliminary-research-SP>

Outro dado revelado por essa pesquisa se refere ao volume extremamente baixo de ingresso de recursos nas organizações pesquisadas. A média de ingressos entre as 91 organizações da AL situou-se em apenas US\$ 20 mil, e em US\$ 18 mil nas 5 organizações do Caribe.⁷

Chama ainda a atenção a “tendência geral de financiamento fragmentado dirigido com maior frequência a um projeto, não ao apoio essencial, e a ciclos de subsídios de um ano de duração, em lugar de compromissos para vários anos”, em contraposição às necessidades do trabalho estruturante e de longo prazo que essas organizações realizam.

Ou seja, na América do Sul, além de uma fundamental ampliação no volume de recursos a serem investidos nessas organizações, fazem-se necessárias igualmente mudanças na sua relação com os financiadores na direção de garantir maior previsibilidade, flexibilidade e plurianualidade – em outros termos, na direção de sua maior sustentabilidade.⁸

O presente estudo, realizado pelo CFEMEA no âmbito do projeto “Fortalecendo o movimento de mulheres e sua agenda de direitos no novo contexto da cooperação internacional, se insere no contexto global acima esboçado. Por outro lado, ele se insere igualmente no âmbito da agenda dos Diálogos Consonantes que emergiu dessas preocupações, entre outras, por iniciativa das organizações e redes feministas da Articulación Feminista Marcosur (**tabela 01**), cujo principal objetivo é estimular ações de coordenação e articulação entre as redes feministas de América Latina e do Caribe que contribuam para uma maior eficácia da ajuda internacional, em particular traduzida em termos de melhores resultados de sua atuação.⁹ Com efeito:

*“La Rayuela de los Diálogos está inmersa y transita en el contexto de las tensiones políticas y de financiación que la «nueva arquitectura de la ayuda» está suponiendo para las redes y organizaciones feministas en América Latina y el Caribe”.*¹⁰

A proposta de criação de um **Fundo Autônomo em prol da Igualdade de Gênero e da Autonomia das Mulheres**, destinado às organizações da sociedade civil que atuam com essa temática no âmbito geográfico da América do Sul – ou, eventualmente, de outro recorte espacial mais alargado – pode representar uma das possíveis respostas aos desafios aqui analisados. Seu propósito seria viabilizar o investimento social em um dos grandes objetivos estratégicos de diversas iniciativas de integração dos países da região,

⁷ Encuesta Global 2011 da AWID, *op. cit.*

⁸ *Idem.*

⁹ **Diálogos Consonantes 2008-2010. Articulación Feminista Marcosur.** 2012. Disponível em: http://www.mujeresdelsurafm.org.uy/joomdocs/Libro_DialogosConsonantes.pdf

¹⁰ *Idem.*

em especial na América do Sul, que é o enfrentamento das desigualdades vividas pelas mulheres, a luta pelos seus direitos e o seu empoderamento.

Tabela 01: Organizações e redes que integram a *Articulación Feminista MarcoSur*

País	ONG	Fundação	Sede
Argentina	01 Centro de Intercambio y Servicios Cono Sur Argentina - CISCSA	1988	Córdoba
Bolívia	02 Centro de Información y Desarrollo de la Mujer - CIDEM	1983	La Paz
	03 Coordinadora de la Mujer (Bolívia)	1984	La Paz
Brasil	04 Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB	1994	Natal, RN
	05 Centro de Estudos Feministas e Assessoria - CFEMEA	1989	Brasília, DF
	06 Coletivo Leila Diniz	2001	Natal, RN
	07 Rede de Desenvolvimento Humano - REDEH	1990	Rio de Janeiro, RJ
	08 SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia	1981	Recife, PE
Colômbia	09 Red Nacional de Mujeres	1992	Bogotá
Paraguai	10 Centro de Documentación y Estudios - CDE	1988	Asunción
Perú	11 Flora Tristán - Centro de la Mujer Peruana	1979	Lima
Uruguai	12 Cotidiano Mujer (sede da Articulación Feminista Marcosur)	1985	Montevideo

• Objetivos do estudo

O presente estudo tem como objetivo a busca por informações preliminares sobre um conjunto de entidades da região (empresas públicas, bancos de desenvolvimento e organismos multilaterais), de forma a subsidiar a construção de parcerias estratégicas com vistas à criação do **Fundo Autônomo** acima mencionado no âmbito da América do Sul.

A hipótese central dessa proposta é de que as contribuições financeiras a um fundo dessa natureza estimularia a efetivação de parcerias entre essas entidades, por meio de seus fundos ou programas públicos já existentes, com as organizações de mulheres do sub-continente. Esse estímulo decorreria, em parte, da superação das dificuldades atualmente encontradas por esse tipo de financiamentos, tais como os “elevados custos para o desenvolvimento e o acompanhamento de projetos, no caso do apoio direto a beneficiários de pequeno porte, normalmente com gestão pouco desenvolvida, (...) como é o caso de muitas organizações não governamentais”.¹¹ Por outro lado, ele seria também consequência inevitável da maior racionalidade e das sinergias criadas por uma iniciativa com esse formato de abrangência regional.

¹¹ **Sustentabilidade das Organizações de Mulheres no Brasil.** Vieira, Celia, CFEMEA, 2012 - pg. 35. *Apud.* Neves, Roberto e Leal, Rodrigo. *Investimento social não reembolsável do BNDES: A trajetória do Fundo Social até 2008.*

Assim, o presente estudo visa, ainda que de forma preliminar, verificar o ambiente – em especial no que se refere à sua aproximação com a temática social, a igualdade de gênero e raça e as políticas para as mulheres – e as condições mais propícias à efetivação das parcerias mencionadas, a partir do levantamento de aspectos institucionais e legais e das políticas desenvolvidas pelas entidades que foram selecionadas.

1.2 Metodologia e seus limites

• Metodologia

A metodologia escolhida foi orientada ao atendimento do objetivo acima proposto, ainda que esta tenha sido afetada por algumas limitações iniciais do estudo (disponibilidade de tempo, de recursos, etc.) que tenderam a condicionar os resultados preliminares aqui descritos.

Assim, para definir o universo do estudo, foram visados dois tipos de entidades consideradas como eventuais parceiros: **(i)** empresas estatais e bancos de desenvolvimento nacionais, binacionais ou multinacionais que atuassem na América do Sul, e **(ii)** organismos multilaterais de integração regional, ainda que com focos bastante diferenciados.

Esse primeiro recorte de pesquisa considerou a responsabilidade do Estado no financiamento das organizações de mulheres, o expressivo volume de recursos mobilizados pela maioria dessas entidades, bem como a suposta identificação dessas empresas e bancos – em termos de valores institucionais – com o grupo de organizações integrantes da *Articulación Feminista Marcosur (AFM)* interessado no estudo.

No caso dos organismos regionais, por hipótese pouco viáveis como fontes de financiamento, buscou-se, no essencial, verificar a sua afinidade à temática da igualdade de gênero e com as políticas para as mulheres no âmbito do processo de integração latino-americana por eles visado, assim como o seu potencial para, de forma negociada, garantirem o apoio político, técnico e institucional destinado a viabilizar a operação do Fundo pretendido.

Universo do estudo

Partindo da proposta inicial das ONGs coligadas da AFM, foram selecionadas 12 entidades com significativa atuação regional – seja em mais de um país da América do Sul ou multilaterais. Esse número reduzido deveu-se, essencialmente, às limitações de tempo disponível para a realização do estudo, posto que esse universo poderia ter agregado um leque maior de entidades relevantes no contexto geográfico abrangido pelo estudo.

Como foi dito, essas 12 entidades pertencem a 4 diferentes grupos que constituem o universo estudado: empresas petrolíferas, hidrelétricas, instituições bancárias de desenvolvimento e organismos regionais, cujo detalhamento se indica adiante (**tabela 02**).

As 6 empresas e as 2 instituições financeiras foram selecionadas em função **(i)** da importância dos seus vínculos com o Estado (participação acionária), **(ii)** da sua dimensão financeira e, conseqüentemente, **(iii)** da sinergia potencial que essas entidades poderiam apresentar na perspectiva de apoio financeiro à constituição do Fundo visado pelo estudo. Por sua vez, a escolha dos 4 organismos regionais deveu-se principalmente à sua posição estratégica no processo de desenvolvimento e de integração da América do Sul.

O resultado dessa escolha configurou um universo global de estudo envolvendo 15 diferentes países,¹² conforme se detalha a seguir:

Tabela 02: Entidades selecionadas para o estudo.

Tipo	Nome	Países
Empresas Petrolíferas	PDVSA	Venezuela.
	Petrobrás	Brasil.
	YPF	Argentina.
Empresas Hidrelétricas	Itaipu	Brasil / Paraguai.
	Salto Grande	Argentina / Uruguai.
	Yacyretá	Argentina / Paraguai.
Bancos de Desenvolvimento	BNDES	Brasil.
	Banco do Sul	Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela.
Organismos Regionais Multilaterais	ALADI	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.
	CEPAL	32 países da América Latina e do Caribe + 12 países da América do Norte, Ásia e Europa.
	MERCOSUL	Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.
	UNASUL	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Fontes de informação

Devido às limitações já mencionadas, a principal fonte de informações visada pelo estudo foi a internet, ou seja, a consulta dos portais oficiais das entidades selecionadas. Esta foi, geralmente, complementada pela leitura/análise de alguns relatórios disponibilizados (em suporte eletrônico) pelas entidades; em especial, daqueles focados na Responsabilidade Social Empresarial - RSE. Infelizmente, isso não ocorreu sistematicamente, posto que esse tipo de relatórios nem sempre estavam disponíveis na internet.

¹² Sem considerar a especificidade da CEPAL, a qual envolve a totalidade dos 32 países da América Latina e do Caribe.

Temáticas estudadas

Empresas e bancos de desenvolvimento. Neste caso, a pesquisa em cada portal considerou as seguintes temáticas:

- ✓ Caracterização: natureza das suas relações com o Estado e principais países onde atuam;
- ✓ cultura organizacional na ótica da equidade de GRE: existência de política de promoção da equidade de gênero, participação das mulheres nos cargos decisórios e de chefia e no total dos trabalhadores, bem como a participação de negros e/ou índios em cargos de chefia;
- ✓ políticas de Responsabilidade Social Empresarial - RSE + Equidade de GRE;
- ✓ compromissos nacionais e internacionais assumidos vinculados às políticas de RSE e de equidade de GRE;
- ✓ evidências de engajamento efetivo com relação aos compromissos assumidos no âmbito da RSE e da equidade de GRE, inclusive quanto aos investimentos sociais;
- ✓ tipo de relações com as ONGs.

Organismos regionais. Neste caso, as temáticas consideradas foram as seguintes:

- ✓ principais características;
- ✓ estrutura institucional;
- ✓ agenda social e da temática de gênero;
- ✓ relações com as ONGs.

Sistematização das informações coletadas

A sistematização das informações coletadas, para subsidiar as análises do relatório, foi feita através de fichas-resumo de cada uma das entidades estruturadas com base nas temáticas acima (**Parte II** do relatório). Por sua vez, introduziram-se no corpo principal do relatório (**Parte I**), 26 tabelas sintéticas – alimentadas pelas informações mais detalhadas das fichas-resumo e respectivos temas – comparando os quatro tipo de entidades que foram estudadas: as empresas petrolíferas, as hidrelétricas, os bancos de desenvolvimento e os organismos regionais.

Informações complementares: articulação institucional

Para coletar informações mais amplas sobre as perspectivas de articulação institucional, foi enviado um questionário a todas as organizações e redes que compõe a *Articulación Feminista* Marcosur (**anexo I**). Sua estrutura foi concebida para que essas ONGs pudes-

sem fazer o levantamento das instituições essenciais ao processo de articulação para a constituição do Fundo – no âmbito da realidade institucional de cada país – com potenciais parceiros nacionais, regionais e internacionais segundo a sua percepção.

No entanto, até o momento da conclusão deste relatório foram recebidas apenas 2 respostas, o que impossibilitou uma análise detalhada dessas realidades/percepções do coletivo.

• Alguns limites metodológicos

Conforme já mencionado, as principais limitações referem-se às condições contratuais do estudo/consultoria, em especial em termos do tempo definido para a sua realização (insuficiente para as suas ambições/escopo) e dos recursos alocados (igualmente insuficientes e restritivos quanto às possíveis opções metodológicas do estudo).

Qualidade das fontes de informação

Os reflexos diretos dessas condições iniciais na metodologia configuraram o segundo conjunto de suas limitações, quase todas relacionadas à qualidade das fontes de informação que serviram de base para o estudo, destacando-se:

- ✓ fontes de informação demasiado restritas aos portais internet das entidades;
- ✓ falta de transparência das informações dos portais de parte das entidades;
- ✓ defasagem das informações disponibilizadas nos portais;
- ✓ poucos relatórios acessíveis/disponíveis para consulta (em especial de RSE);
- ✓ insuficiente organização e consolidação dos dados/informações (ausência de séries históricas, contradições entre os dados, etc.);
- ✓ abordagem com viés demasiado publicitário das informações disponibilizadas.

Fontes alternativas de informação

Além dessas limitações, cabe sublinhar igualmente a incipiente utilização de fontes de informação alternativas para complementar, atualizar/aprofundar ou fazer o cruzamento das informações obtidas pela internet, de forma a corrigir eventuais distorções e obter outros olhares sobre a realidade das práticas e políticas sociais e de GRE das entidades.

Dentre essas possíveis fontes alternativas, destacamos: **(i)** algumas formas de consulta direta de amostragem das empresas (visitas/entrevistas, por exemplo); **(ii)** a realização de contatos diretos/entrevistas com algumas das organizações de mulheres envolvidas nesse debate, e que poderiam contribuir com um olhar “nacional” sobre as entidades estudadas; **(iii)** falta de tempo para a consulta sistemática de outros textos/estudos relacionados com o tema, seja de mídia ou oriundos do meio acadêmico.

2. Caracterização e análise das entidades na ótica da construção de parcerias estratégicas

2.1 Empresas do setor de energia

2.1.1 Empresas Petrolíferas

▪ Caracterização das empresas

As empresas petrolíferas têm particular importância na ótica do estudo, devida à sua ampla atuação na AL, ao volume de recursos que movimentam e à importância das suas políticas de RSE decorrentes da própria natureza da sua atuação e seus impactos socio-ambientais.

Como se pode verificar na **tabela 03**, entre as três empresas selecionadas, duas são de capital aberto, com a maioria das ações sob controle estatal, e uma terceira possui capital fechado controlado inteiramente pelo Estado. A atuação dessas três empresas é expressiva no âmbito continental, com presença em, pelo menos, 12 diferentes países da AL&C.

Tabela 03: Principais características das empresas

Nome	País	Tipo	Atuação na América latina / Caribe
PDVSA	Venezuela	Sociedade Anônima de capital fechado. Controlada pelo Estado (100% do capital social).	Argentina, Bahamas, Brasil, Cuba e Curaçao.
Petrobrás	Brasil	Sociedade Anônima de capital aberto. Controlada pelo Estado (50,26% das ações ordinárias).	Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela
YPF	Argentina	Sociedade Anônima de capital aberto. Controlada pelo Estado desde a renacionalização (51% das ações). (*)	Antes da renacionalização (*) possuía filiais no Chile e no Brasil.

(*) Foi renacionalizada em maio de 2012 (antes era controlada pela empresa espanhola Repsol – 57,4%).

▪ Cultura organizacional das empresas na ótica da equidade de GRE

Não obstante as insuficientes informações disponíveis, constata-se, ainda que preliminarmente, que as políticas de promoção da igualdade de gênero apresentam-se de forma algo limitada nestas empresas. Como se pode ver na **tabela 04** a seguir, as mulheres são minoria no total dos empregados – representam entre 17% e 26% – devido à sua política de contratação de recursos humanos, a qual não adota, de forma sistemática, critérios para incentivar a igualdade de oportunidades,¹³ situação que é agravada pela natureza da atividade dessas empresas.

¹³ Inclusive, em decorrência de imposições legais, como no caso da contratação via concurso público.

Especificamente com relação à Petrobrás, a empresa que apresenta informações mais detalhadas sobre estas questões, verifica-se a adesão ao programa “Pró-Equidade de Gênero e Raça” da SPM. Contudo, observa-se ainda uma participação reduzida das mulheres no CA e, sobretudo, nos cargos de chefia. Por sua vez, a participação dos negros nesses cargos mantém praticamente a mesma proporção verificada no total de empregados da empresa. Sublinhe-se que, pela primeira vez, uma empresa dessa natureza possui uma mulher na Presidência. Outra informação importante refere-se à preocupação da empresa com a equidade de gênero na sua política salarial.¹⁴

Tabela 04: Cultura organizacional das empresas na ótica da equidade de GRE.

Nome	Política de promoção da Equidade de Gênero	Participação das mulheres na empresa			Part. negros e índios em Cargos de Chefia
		CA / Diretoria	Cargos de Chefia	Total trabalhadoras	
PDVSA	Sem evidências. (a)	IND	IND	24%	IND
Petrobrás	Sim.	CA: 29%	15%	14.536 (17%)	Negros: Cargos Chefia : 24,6% Empregados : 24%
YPF	Sem evidências.	Ausência	IND	26% (b)	IND

IND Informação não disponível ou não especificada/consolidada na documentação da empresa.

(a) Embora os relatórios mencionem a adesão a políticas de promoção de igualdade de gênero;

(b) Informe de RSE, 2010.

▪ Políticas no âmbito da RSE e da equidade de GRE

O conceito de RSE está presente nas 3 empresas, embora com mais ênfase na Petrobrás e na PDVSA.¹⁵ Com relação à vinculação das políticas de RSE dessas 2 empresas às políticas públicas, observa-se uma significativa diferença (**tabela 05**).

Enquanto na Petrobrás subsiste algum grau de autonomia da política de RSE em relação às políticas públicas, no caso da PDVSA esta vinculação é total. Em particular, depois que a empresa passou a assumir um papel político-financeiro estratégico, ao ponto de ser vista, na última década, como o principal financiador do “desenvolvimento sustentável integral e equitável” do país. Nesse intuito, a empresa viabiliza um grande leque de programas, ações e projetos locais, regionais e nacionais, com especial foco na área do desenvolvimento social (**Ficha 01**).

¹⁴ Por exemplo, a proporção do salário-base das mulheres com relação ao dos homens é de 0,98 no nível médio e 0,93 no superior. Já com relação à remuneração global, essa proporção é de 0,95 no nível superior e 0,91 no nível médio (**Ficha 2**).

¹⁵ O conceito clássico de RSE (Responsabilidade Social Empresarial), aqui aludido, refere-se ao “comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando simultaneamente a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo”. São ressaltadas, entre outras, a transparência nas relações com todos os seus públicos, o respeito à diversidade e a promoção da redução das desigualdades sociais (Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, 1998).

Tabela 05: Política de Responsabilidade Social Empresarial - RSE + Equidade de GRE.

Nome	Política de RSE - Geral			Política de RSE – Equidade de GRE
	Princípios e Práticas	Vinculação c/ Políticas Públicas	Área geográfica de atuação (*)	Principais programas e ações
PDVSA	Sim	Forte vinculação	CRI / NAC	RSE: Programas de infraestrutura e desenvolvimento social. Gênero: Sem programas específicos.
Petrobrás	Sim	Parcialmente	CRI / NAC / REG	RSE: Petrobrás, Desenvolvimento & Cidadania Gênero: Pró-Equidade de Gênero e Raça
YPF	Parcial (**)	Não (***)	CRI	IND

IND Informação não disponível ou não especificada/consolidada na documentação da empresa.

(*) **CRI** (atuação nas comunidades e regiões impactadas) / **NAC** (atuação Nacional) / **BIN** (Binacional) / **REG** (Regional);

(**) Informações parciais e disponíveis principalmente para as áreas de educação/formação e cultura;

(***) Política de RSE da empresa em redefinição, desde julho 2012 (após renacionalização), para maior alinhamento com as políticas públicas.

No enfoque de gênero, embora a PDVSA não possua políticas/programas específicos, os seus relatórios apontam uma certa preocupação com a promoção da igualdade de gênero. Já a Petrobrás, além da adesão ao citado programa “Pró-Equidade de Gênero e Raça” para orientar a sua política interna, implementa o programa “Petrobrás, Desenvolvimento & Cidadania” destacando, como transversais, os temas gênero, igualdade racial e povos e comunidades tradicionais, entre outros (**Ficha 02**).

A política de RSE da YPF tem se limitado às ações desenvolvidas pela Fundación YPF, em particular nas áreas da capacitação/educação e cultura, entre outras. Não foram encontradas evidências de que os temas de gênero e raça façam parte dessa política. Contudo, a sua política de RSE encontra-se, desde a renacionalização da empresa (maio 2012), em fase de reformulação (**Ficha 03**).

• Compromissos nacionais e internacionais assumidos

As referências encontradas com relação aos **compromissos internacionais** das empresas petrolíferas citam os ODM (2 empresas) e o Pacto Global da ONU (2 empresas). Ambos são de caráter geral e vinculados às temáticas sociais, incorporam dimensões importantes relativamente às questões de gênero e aos direitos das mulheres e, no caso destes últimos, apresentam forte envolvimento do setor empresarial. Apenas a Petrobrás é signatária dos Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU (**tabela 06**).

Tabela 06: Compromissos internacionais assumidos vinculados às políticas de RSE e de equidade de GRE.

Nome	Compromissos internacionais assumidos			
	ODM	Pacto Global	Empoderamento das Mulheres	Outros compromissos
PDVSA	Sim	Não	Não	IND
Petrobrás	Sim	Sim	Sim	IND
YPF	Não	Sim	Não	IND

IND Informação não disponível ou não especificada/consolidada na documentação da empresa.

No âmbito dos compromissos nacionais, destaca-se a Petrobrás, com vários deles vinculados à temática de GRE, bem como a PDVSA profundamente comprometida com a política de desenvolvimento social do país (**tabela 07**).

Tabela 07: *Compromissos nacionais assumidos vinculados às políticas de RSE e de equidade de GRE.*

Nome	Compromissos nacionais assumidos
PDVSA	Projeto Nacional Simón Bolívar. Primeiro Plano Socialista (PPS) de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação (2007-2013). Plano da Pátria (2013-2019).
Petrobrás	Declaração de compromisso corporativo de enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes. Protocolo de intenções com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça: Oportunidades Iguais, Respeito às Diferenças (SPM/OIT/ONU Mulher) Comitê Permanente para Questões de Gênero (Ministério das Minas e Energia)
YPF	IND (*)

IND Informação não disponível ou não especificada na documentação da empresa.

(*) A nova administração da empresa busca, desde julho de 2012, alinhar a política de RSE da empresa com as políticas públicas do país.

▪ **Evidências de engajamento efetivo com relação aos compromissos assumidos no âmbito da RSE e da equidade de GRE**

Observa-se em duas empresas a presença da temática social em seu planejamento estratégico. No caso da Petrobrás, esta manifesta seu engajamento nesse sentido igualmente no seu Estatuto Social, na sua política de RSE e na sua estrutura gerencial. Com referência à equidade de GRE, essa mesma empresa explicita seu engajamento com a existência de uma sub-comissão específica, além de implementar um programa de “Desenvolvimento & Cidadania” que incorpora, transversalmente, esses temas. Obteve, ainda, o reconhecimento de sua política de pessoal, voltada para a igualdade de oportunidades, ao longo do período 2006-2013. Com relação à YPF, sua prestação de contas relativa ao Pacto Global das NU destaca, no princípio “apoiar e respeitar os direitos humanos”, o seu acordo com o Ministério do Trabalho por “trabalho digno sem violência laboral” (**tabela 08**).

A maior evidência dos engajamentos acima mencionados pode ser verificada nos recursos alocados (**tabela 09**). Nesse contexto, destacam-se os investimentos sociais realizados pela PVDSA nos últimos 12 anos (US\$ 166 bilhões), muito embora se deva ressaltar que esses financiamentos extrapolam largamente o conceito e as práticas clássicas de RSE (**Ficha 01**). Esses recursos são aplicados através de vários fundos temáticos, “misiones” e repasses para o Estado (ministérios).¹⁶

¹⁶ A documentação consultada não é muito precisa sobre a engenharia institucional e o processo decisório desses financiamentos.

Tabela 08: Evidências de engajamento efetivo com relação aos compromissos assumidos (RSE e equidade de GRE).

Nome	Evidências de engajamento efetivo / Prêmios	
	RSE - Geral	Equidade de GRE
PDVSA	Planejamento Estratégico	IND (a)
Petrobrás	Estatuto Social	Sub-Comissão de Diversidade (b)
	Planejamento Estratégico	Programa Petrobrás de Desenvolvim. & Cidadania
	Política de Responsabilidade Social	Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça (c)
	Comissão e Gerência Executiva de Responsabilidade Social	
YPF	Comunicación del Progreso 2012 - Pacto Mundial de la Organización de las Naciones Unidas	Acordo com o Ministério do Trabalho por “trabalho digno sem violência laboral” (d)

IND Informação não disponível ou não especificada/consolidada na documentação da empresa.

- (a) Embora os relatórios mencionem a adesão a políticas de promoção de igualdade de gênero, não são apresentadas evidências;
 (b) Vinculada à Comissão de RES da empresa;
 (c) Selo obtido nas 4 edições da premiação (2006, 2009, 2011 e 2013);
 (d) Inclui os temas violência de gênero e assédio sexual.

A Petrobrás mobilizou, no caso das suas operações não reembolsáveis e acessíveis às organizações da sociedade civil, cerca de R\$ 450 milhões entre 2011 e 2012. Destaque-se que o acesso a esses recursos, via edital, garante a transparência ao longo de todo o processo de seleção. Ao mesmo tempo, com o objetivo de promover igualdade de condições de acesso, a empresa organiza “caravanas sociais” para garantir ampla divulgação desses editais e assessoria à elaboração dos projetos propostos pelas ONGs (**Ficha 02**).

Tabela 09: Investimentos sociais (no âmbito da RSE e da equidade de GRE)

Nome	Investimentos sociais			
	Tipo / Modalidades de operação	Formas de acesso	Volume de recursos	Nº Iniciativas / Nº Beneficiários
PDVSA	Opera através de fundos e financiamentos diretos. (a)	Sem informações precisas. (b)	2001-2012: US\$ 165,9 bilhões 2012: US\$ 43,8 bilhões	INF
Petrobrás	Operações não reembolsáveis (c)	Seleção pública (sob forma de editais)	2011-2012: R\$ 451 milhões 2013-2014: R\$ 145 milhões (d)	2012: 616 projetos (e) 2013-2014: 130 projetos (f)
YPF	Financiamentos diretos. (g)	IND	IND	Sem informação precisa (h)

IND Informação não disponível ou não especificada/consolidada na documentação da empresa.

- (a) Destaque para o FONDEN (Fundo de Desenvolvimento Nacional) e as “Misiones”. Estes financiamentos se destinam aos poderes públicos locais e nacionais, bem como às comunidade e organizações sociais;
 (b) Processo decisório burocrático e controlado pelos ministérios que integram o CA, em especial pelo Ministério da área de Energia e Petróleo;
 (c) O Programa Petrobrás, Desenvolvimento & Cidadania elenca como temas transversais: Gênero e Igualdade Racial, entre outros;
 (d) 1º Edital: Projetos individuais de valor máximo de R\$ 1,65 milhão no período 2013-2014 (renováveis por mais 2 anos);
 (e) Investimentos efetivos;
 (f) Projetos selecionados no 1º Edital. Vd detalhes na Ficha 02 (Petrobrás), tabela 05;
 (g) Principalmente através da Fundación YPF. Em agosto de 2012 foi criado um Comitê de Altas Personalidades com o objetivo de reorganizar a fundação e criar novas modalidades de operação;
 (h) Em 2011: Colaboração com 71 organizações da sociedade civil, incluindo 25 fundações.

• Relações com ONGs

As relações com as ONGs apresentam distintos perfis. No caso da Petrobrás, essas relações são predominantemente estruturadas tendo como referência os editais de seleção (**tabela 10**). Nas demais empresas, essas relações são pouco transparentes e sem evidências de serem criteriosas ou continuadas/sistêmicas.

Tabela 10: Relações com as Organizações Não-Governamentais

Nome	Tipo de relações
PDVSA	IND (não foram encontradas informações/evidências de repasses financeiros para ONGs ou outros tipos de entidades sociais com autonomia em relação à empresa e ao Poder Público/Ministérios).
Petrobrás	Possibilidade de inscrição de ONGs brasileiras nas seleções públicas através de editais (financiamentos de projetos). Prática disseminada de parcerias com ONGs.
YPF	No relatório de RSE 2011 a empresa informa ter colaborado com 71 ONGs, inclusive 25 fundações. Contudo, não obtivemos informações precisas sobre os detalhes dessa colaboração (parcerias, valores, etc.).

IND Informação não disponível ou não especificada/consolidada na documentação da empresa.

2.1.2 Empresas Hidrelétricas Binacionais ¹⁷

• Caracterização das empresas

Foram estudadas 3 empresas hidrelétricas binacionais envolvendo 4 países da América do Sul, cuja participação acionária é idêntica para cada país (50%). Em dois casos, a estrutura decisória conta com a participação dos respectivos ministérios de Relações Exteriores. No terceiro caso (Salto Grande), essa participação é indireta pela via de comunicações entre a Comissão Técnica da empresa e esses ministérios (**tabela 11**).

Tabela 11: Principais características das empresas

Nome	Países	Estatuto Jurídico	Participação acionária	CA e Diretoria Executiva
Itaipu	Brasil/Paraguai	Empresa internacional, Binacional	Brasil 50% (Eletrobrás) Paraguai 50% (ANDE)	Indicados pelos governos dos 2 países. CA conta com 1 repres. do Ministério das Relações Exteriores de cada país.
Salto Grande	Argentina/Uruguai	Empresa internacional, Binacional	Argentina (50%) Uruguai (50%)	Comissão Técnica Mista com 3 representantes de cada país.
Yacretá	Argentina/Paraguai	Empresa internacional, Binacional	Argentina 50% (EBISA) Paraguai 50% (ANDE)	Indicados pelos governos dos 2 países. CA conta com 1 repres. do Ministério das Relações Exteriores de cada país.

¹⁷ Chama-se a atenção para a ambiguidade das informações consultadas sobre estas empresas. Com efeito, em muitos casos não foi possível distinguir se as informações se referiam a um dos países (ou a uma das margens de atuação da empresa) ou a ambos.

▪ **Cultura organizacional das empresas na ótica da equidade de GRE**

Tanto quanto foi possível verificar, a política de promoção da igualdade de gênero está presente em duas empresas. Por outro lado, a participação das mulheres nos cargos decisórios dos CAs e das Diretorias é ainda muito reduzida (varia de 8% a 23%). Foi possível verificar a participação das mulheres nos cargos de chefia apenas na Itaipu (**tabela 12**).

Nessa empresa (Itaipu), a participação das mulheres na força de trabalho é de apenas 19%, enquanto que nos cargos de chefia ela atinge 22%. Por sua vez, a participação dos negros é bastante reduzida, tanto em número de empregados (18%)¹⁸ quanto nos cargos de chefia, onde ela atinge meros 7%.

Tabela 12: Cultura organizacional das empresas na ótica da equidade de GRE.

Nome	Política de promoção da Equidade de Gênero	Participação das mulheres na empresa			Part. negros e índios em Cargos de Chefia
		CA / Diretoria	Cargos Chefia	Total trabalhadoras	
Itaipu	Sim	CA: 8% Diretoria: 8%	Gerentes: 22%	275 (19%)	Negros: Cargos Chefia : 7% Empregados : 18%
Salto Grande	IND	CTM: 17% (a) Gerência Geral: 23%	IND	IND	IND
Yacyretá	Sim	CA: 10% Diretoria: 8%	IND	IND	IND

IND Informação não disponível ou não especificada/consolidada na documentação da empresa.

(a) CTM: Comissão Técnica Mista.

▪ **Políticas e compromissos assumidos no âmbito da RSE e da equidade de GRE**

O conceito de RSE também se encontra presente nestas empresas. Inclusive, pela própria natureza de suas atividades, as quais tendem a gerar medidas compensatórias no entorno social e econômico da sua implantação física. Essa realidade é confirmada pela análise da área geográfica foco da atuação das políticas de RSE dessas empresas (**tabela 13**). Vale sublinhar, que essas políticas possuem uma vinculação apenas parcial com as políticas públicas dos respectivos países, o que garante uma relativa autonomia de decisão na sua condução.

Destaca-se a importância atribuída por duas das empresas à temática da equidade de gênero (Itaipu e Yacyretá), as quais contemplam políticas específicas ou que incorporam transversalmente essa temática (**fichas 04 e 06**), inclusive do ponto de vista da criação

¹⁸ Muito embora seja preciso considerar que essa representatividade dos negros na força de trabalho da empresa é influenciada, além de outros fatores, pela sua baixa representação na estrutura demográfica da região em que ela se encontra situada.

de espaços institucionais próprios: Assessoria de Equidade de Gênero (Yacyretá) e Comitê de Equidade de Gênero (Itaipu).

Tabela 13: Política de Responsabilidade Social Empresarial – RSE + Equidade de GRE.

Nome	Política de RSE - Geral			Política Equidade de GRE
	Princípios e Práticas	Vinculação c/ Políticas Públicas	Área geográfica de atuação (*)	Principais programas e ações
Itaipu	Sim (a)	Parcial	CRI (foco) / BIN	Política e Diretrizes de Gênero Programa de Incentivo Pró-Equidade de Gênero da SPM
Salto Grande	Sim (b)	Parcial	CRI (foco) / BIN	IND
Yacyretá	Sim (c)	Parcial	CRI (foco) / BIN	Plano de Reabilitação e Ação Social Apoio Institucional à Secretaria da Criança e do Adolescente e à Secretaria da Mulher

IND Informação não disponível ou não especificada/consolidada na documentação da empresa.

(*) CRI (atuação nas comunidades e regiões impactadas) / NAC (atuação Nacional) / BIN (Binacional) / REG (Regional);

(a) Cuidado com as Crianças; Um Futuro para os Jovens; Igualdade de Oportunidades e Obras, Projetos de Sustentabilidade; Saúde na Fronteira; Sustentabilidade de Comunidades Indígenas e Segurança Alimentar para Comunidades Quilombolas;

(b) Cooperação e ações com fins sociais/políticos na área de educação (Argentina);

(c) ISO 26.000/2010; Projetos comunitários sustentáveis e Programa de Bolsas de Estudo (população carente).

• Compromissos nacionais e internacionais

As hidrelétricas estudadas não apresentaram informações relativas à sua adesão a todos os **compromissos internacionais** listados No portal do Pacto Global, contudo, foi possível verificar a adesão dessas empresas a esse compromisso. Com relação a Itaipu, foi igualmente possível identificar a adesão a outros compromissos vinculados à construção da igualdade de gênero (**tabela 14**).

Tabela 14: Compromissos internacionais assumidos vinculados às políticas de RSE e de equidade de GRE.

Nome	Compromissos internacionais assumidos			
	ODM	Pacto Global	Empoderamento das Mulheres	Outros compromissos
Itaipu	Não	Sim	Sim	Convenção Internacional Contra Todas as Formas de Discriminação da Mulher e "Carta da Terra"
Salto Grande	IND	Não	IND	IND
Yacyretá	IND	Não	IND	IND

IND Informação não disponível ou não especificada/consolidada na documentação da empresa.

Com relação aos **compromissos nacionais**, duas empresas mencionaram vários tipos (**tabela 15** a seguir). Destaque para o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (Itaipu, Brasil) e para o Convênio com a Secretaria da Mulher (Yacyretá - Paraguai), ambos fundamentais para a implementação de políticas de gênero nesses países.

Tabela 15: Compromissos nacionais assumidos vinculados às políticas de RSE e de equidade de GRE.

Nome	Compromissos nacionais assumidos (especificar)
Itaipu	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (Brasil) Comitê Permanente para as Questões de Gênero do Ministério de Minas e Energia (Brasil) Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolesc. (Brasil)
Salto Grande	IND
Yacyretá	Marco de Cooperação com a Presidência da República e Governo para implementar ações sociais: Apoio Institucional à Secretaria da Criança e do Adolescente e à Secretaria da Mulher (Paraguai). Plano de Reabilitação e Ação Social - PRAS (Paraguai / Argentina).

IND Informação não disponível ou não especificada/consolidada na documentação da empresa.

▪ **Evidências de engajamento efetivo com relação aos compromissos assumidos no âmbito da RSE e da equidade de GRE**

A documentação consultada indica que a temática social está presente em vários instrumentos das 3 empresas estudadas. Duas delas (Itaipu e Yacyretá) possuem, inclusive, espaços institucionais próprios com foco nessa temática – Comitê Gestor, Coordenadoria de RSE e Coordenação Social (**tabela 16**).

Tabela 16: Evidências de engajamento efetivo com relação aos compromissos assumidos (RSE e equidade de GRE).

Nome	Evidências de engajamento efetivo		
	RSE - Geral	Equidade de GRE	Prêmios obtidos
Itaipu	Planejamento Estratégico Código de Ética Acordo: RSE como atividade permanente Comitê Gestor e Coordenadoria de RSE e Ambiental (Brasil)	Política e diretrizes de gênero, bem como de um plano para a sua implementação (2011) Adesão ao Programa de Incentivo à Equidade de Gênero (SPM) Comitê de Equidade de Gênero	Vários prêmios sobre RSE Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça (a) 1º Prêmio de Liderança em Empoderamento das Mulheres (b)
Salto Grande	Cooperação e ações com fins sociais/públicos (educação, cultura, turismo e ambiente)	IND	IND
Yacyretá	Planejamento Estratégico Coordenação Social (implementação da política social)	Implantação de uma Assessoria de Equidade de Gênero (2011).	IND

IND Informação não disponível ou não especificada/consolidada na documentação da empresa.

(a) Selo obtido nas 4 edições da premiação (2006, 2009, 2011 e 2013);

(b) Prêmio obtido na categoria "Sete Princípios" (ONU Mulheres e o Pacto Global, 2013);

No que se refere à equidade de GRE, observa-se, em 2011, a implantação de políticas de gênero estruturadas tanto na Itaipu quanto na Yacyretá. No primeiro caso, inclusive com a aprovação de um plano de implantação dessa política (**ficha 04**) e, no segundo caso, com a implantação de uma assessoria com a função de incorporar a perspectiva de gênero em todo o processo de planejamento e gestão da empresa (**ficha 06**).

No campo dos investimentos sociais, dois tipos de modalidades de operação se destacam: patrocínios e aplicações orçamentárias diretas (financiamento de ações e parcerias) em duas empresas. Sublinha-se que uma dessas modalidades (parcerias) apresenta poucas evidências de ser suficientemente sistemática, transparente e com igualdade de condições de acesso (**tabela 17**). As informações obtidas quanto ao volume dos financiamentos sociais dessas empresas são muito incipientes. Limitam-se aos patrocínios realizados por uma delas (Itaipu).

Tabela 17: Investimentos sociais e de RSE (em geral e no âmbito da equidade de GRE)

Nome	Investimentos sociais			
	Tipo / Modalidades de operação	Formas de acesso	Recursos	Nº Iniciativas
Itaipu	Patrocínios: eventos, publicações, produtos audio-visuais e outros	Procedimentos gerais de acesso presentes no Portal da empresa	2012: US\$ 5,3 milhões	344 iniciativas (44% dos pedidos)
	Financiamento a programas e projetos: Aplicação orçamentária direta e em parceria com governos e ONGs	Convite ou resposta a demandas externas conformes à política da empresa (investimentos sociais, RSE, equidade de GRE, etc.)	IND	IND
Salto Grande	Cooperação e ações com fins sociais – educação (Argentina)	IND	IND	IND
Yacyretá	Financiamento a programas e projetos: Aplicação orçamentária direta e em parceria com governos e ONGs	Convite ou resposta a demandas externas conformes à política da empresa (investimentos sociais, RSE, equidade de GRE, etc.)	IND	IND

IND Informação não disponível ou não especificada/consolidada na documentação da empresa.

• Relações com ONGs

De um modo geral, também neste domínio se obtiveram afirmações muito genéricas, pouco consolidadas e não transparentes. O suficiente, contudo, para permitir deduzir que os vínculos dessas empresas com as ONGs ainda são, na maioria das vezes, pouco estruturadas, muito frágeis e, em todo o caso, pouco significativos em volume de recursos mobilizados (**tabela 18**).

Tabela 18: Relações com as Organizações Não-Governamentais

Nome	Tipo de relações
Itaipu	Pessoas jurídicas sem fins lucrativos podem demandar patrocínios, desde que constituídas no Brasil e com sede no território nacional. Excepcionalmente, patrocina pessoas jurídicas internacionais.
	Parcerias regulares no desenvolvimento de projetos, bem como apoio a ações pontuais de ONGs. Contudo, não obtivemos informações precisas ou consolidadas sobre esse tipo de colaboração (valores, beneficiários, etc.)
Salto Grande	IND (curiosamente, a empresa informa aplicar parte do seu orçamento em ações articuladas com ONGs e de prestar assessoria a essas entidades).
Yacyretá	Apoia ações nas áreas social, sócio-produtiva, saúde, educação e fortalecimento institucional, entre outras. Porém, não foram obtidas informações precisas ou consolidadas sobre esse tipo de apoios (valores, beneficiários, etc.).

2.2 Bancos de desenvolvimento

• Caracterização das instituições

Os bancos estudados (**tabela 19**) possuem características e históricos muito distintos. Enquanto o BNDES é uma entidade brasileira pública de direito privado e já tem mais de 60 anos de existência (**ficha 08**), o Banco do Sul nasceu de uma iniciativa regional e é uma instituição de direito público internacional apenas desde dezembro de 2011, quando passou a associar 5 países.¹⁹ Embora politicamente articulado com a UNASUL, o banco possui autonomia com relação a esse organismo. Por outro lado, o seu sistema decisório inovador é baseado numa representação igualitária dos países membros em todas as suas instâncias (**ficha 07**).

É importante destacar que o BNDES, nos últimos anos, tem reforçado sobremaneira a sua atuação no exterior, especialmente na AL. Inclusive, desde 2009 implantou uma representação em Montevidéu. No entanto, apresenta restrições para a sua atuação internacional, uma vez que grande parte dos seus recursos (em particular, os oriundos do FAT) só podem ser aplicados em território nacional e, por outro lado, os projetos externos financiados pelo BNDES devem envolver aprovisionamentos com produtos nacionais.

Tabela 19: Principais características das instituições

Nome	Países	Estatuto Jurídico	Participação acionária	Sistema decisório CA e Diretoria Executiva
Banco do Sul	Convênio Constitutivo entre 7 países (a)	Entidade financeira de direito público internacional	Capital social: US\$ 7 bilhões (b) Ações: Classes diferenciadas (c)	Sistema decisório com representação igualitária dos países membros nos órgãos internos: Conselho de Ministros (CM) (Economia, Fazenda ou Finanças), Conselho de Administração (d) , Diretoria Executiva. (e)
BNDES	Brasil	Entidade pública de direito privado	Ativos: R\$ 715 bilhões Estado brasileiro: 100% das ações.	CA constituído por 10 membros e o Presidente do BNDES nomeados pela Presidência da República 1 representante eleito dos funcionários.

- (a) Países signatários do Convênio: Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Atualmente, os sócios efetivos (cuja adesão foi aprovada pelos respectivos parlamentos) são: Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela;
- (b) Argentina, Brasil e Venezuela: **US\$ 2 bilhões**, no prazo de 5 anos (apenas US\$ 400 milhões em capital efetivo). Equador e Uruguai: **US\$ 400 milhões** no prazo de 10 anos. Bolívia e Paraguai: **US\$ 100 milhões**, também em 10 anos.
- (c) **Classe A** - Países membros da UNASUL. **Classe B** - Países não-membros da UNASUL. **Classe C** - Bancos Centrais, entidades financeiras públicas ou aquelas nas quais o Estado detém participação acionária superior a 50% do capital, e organismos multilaterais de crédito;
- (d) Composto por 1 representante de cada país membro, nomeado pelo CM por proposta de cada país membro;
- (e) Composta por 1 Diretor de cada país membro + 2 Diretores designados pelos acionistas das classes "B" e "C".

¹⁹ Embora o Banco do Sul tenha se originado de um Convênio assinado por 7 países (2009), antes de dezembro de 2011 apenas 4 países haviam ratificado esse Convênio (Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela). Com a ratificação do Uruguai (dezembro 2011), o Banco passa a ser uma instituição financeira internacional. Atualmente, o Banco está em processo de estruturação (1ª reunião do seu Conselho de Ministros: junho 2013). O Brasil e o Paraguai ainda não ratificaram o Convênio Constitutivo.

▪ **Cultura organizacional das instituições na ótica da equidade de GRE**

A participação das mulheres nos órgãos decisórios (CA e Diretoria) do BNDES é historicamente muito limitada (**tabela 20**). Em 2008 o Banco aderiu ao Programa Pró-Equidade de Gênero (SPM). Cabe destacar que a participação feminina nos cargos de chefia é praticamente idêntica à sua participação no seu quadro funcional, a qual atinge mais de 1/3 dos funcionários. Outro dado que chama a atenção refere-se à composição racial desse quadro: os brancos representam a maioria absoluta – mais de 80% (**ficha 08**).

Tabela 20: Cultura organizacional das instituições na ótica da equidade de GRE.

Nome	Política de promoção da Equidade de Gênero	Participação das mulheres na empresa			Part. negros e índios em Cargos de Chefia
		CA / Diretoria	Cargos de Chefia	Total trabalhadoras	
BNDES	Sim (a)	CA: 8% (1 mulher) Diretoria: Nenhuma	37%	36%	Negros: Cargos Chefia: IND Empregados: 15% Outros (não brancos): 4,9%
Banco do Sul	(informações não disponíveis em virtude da instituição se encontrar em fase de estruturação/implantação)				

IND Informação não disponível ou não especificada/consolidada na documentação da empresa.

(a) Programa Pró-Equidade de Gênero.

• **Compromissos nacionais e internacionais**

As informações obtidas através de imprensa, relativas à adesão do BNDES aos ODM, dão conta da atuação do Banco essencialmente em relação ao **objetivo 1** (“combate à fome e à miséria”), ao **objetivo 7** (“qualidade de vida e respeito ao meio ambiente”) e ao **objetivo 8** (“todo mundo trabalhando para o desenvolvimento”).

Tabela 21: Compromissos internacionais assumidos vinculados às políticas de RSE e de equidade de GRE.

Nome	Compromissos internacionais assumidos			
	ODM	Pacto Global	Empoderamento das Mulheres	Outros compromissos
BNDES	Sim	Não	IND	IND
Banco do Sul	(informações não disponíveis em virtude da instituição se encontrar em fase de estruturação/implantação)			

IND Informação não disponível ou não especificada/consolidada na documentação da empresa.

Com relação aos compromissos nacionais desse Bancos, não foram encontradas informações consistentes. No entanto, no caso do BNDES, este banco tem descumprido as diretrizes oficiais (estabelecidas pelo Congresso) relativas aos seus investimentos anuais. Estas definem, desde 2007, que a política de aplicação dos recursos do banco deve contribuir para a redução das desigualdades de gênero e étnico-raciais. Determinam,

inclusive, a publicação de um Relatório Anual de Impacto nesse domínio. Esse relatório nunca foi publicado.

▪ **Evidências de engajamento efetivo com relação aos compromissos assumidos no âmbito das temáticas sociais e da equidade de GRE**

Como se constata na **tabela 22**, tanto no seu Estatuto Social, quanto no seu planejamento estratégico, o BNDES manifesta seu engajamento nas temáticas sociais, em nível nacional ou continental. O Estatuto Social, por exemplo, possibilita contratar estudos técnicos e prestar apoio técnico e financeiro, inclusive não reembolsável, para a estruturação de projetos que promovam o desenvolvimento econômico e social do país ou sua integração à América Latina. Em sua Missão institucional, por outro lado, fica evidente a promoção do desenvolvimento sustentável com redução das desigualdades sociais. Entre seus Valores, destaca-se o repúdio a qualquer forma de discriminação e a valorização da diversidade (**ficha 08**).

Devido à atual fase de estruturação do Banco do Sul (**ficha 07**), existem poucas evidências do seu engajamento com as temáticas sociais. Contudo, o seu Convênio Constitutivo estabelece, como um dos seus objetivos, a promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental na América do Sul. Nesse intuito, possibilita o financiamento de projetos em diversos setores sociais: luta contra a pobreza e a exclusão, economia social, desenvolvimento comunitário, saúde, educação e promoção da democracia participativa.

Em relação à temática de gênero, vale destacar que o BNDES possui, desde 2007, um espaço próprio (Grupo de Trabalho) para tratar dessas questões no âmbito interno e recebeu por três vezes consecutivas o Selo Pró-Equidade de Gênero em reconhecimento ao seu trabalho. Além disso, possui linhas de crédito destinadas às mulheres na agricultura familiar.

Tabela 22: Evidências de engajamento efetivo com relação aos compromissos assumidos (RSE e equidade de GRE).

Nome	Evidências de engajamento efetivo / Prêmios	
	Temáticas sociais	Equidade de GRE
BNDES	Estatuto Social Planejamento Estratégico Microcrédito (64% dos beneficiados são mulheres)	Grupo de Trabalho de Gênero e Diversidade Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça (a) PRONAF Mulher Mulheres no Meio Rural Cláusula Social (contratos do banco) (b)
Banco do Sul	Convênio Constitutivo (2009)	Não pertinente.

(a) Selo obtido em 3 edições da premiação (2009, 2011 e 2013);

(b) Nesta cláusula o Banco explicita seu combate a qualquer tipo de discriminação, em especial de raça, gênero, trabalho infantil e escravo.

Uma outra evidência do engajamento efetivo do BNDES nas temáticas sociais foi a criação do Fundo Social que opera com recursos não reembolsáveis e com 3 formas de acesso (**tabela 23**). Contudo, a última seleção pública foi realizada em 2009. A partir de 2008 o banco definiu duas orientações para o Fundo Social: **(i)** o alinhamento com as políticas públicas e **(ii)** o estabelecimento de parcerias com entidades cofinanciadoras e responsáveis pela gestão de projetos executados por terceiros, o que promoveu uma significativa mudança de patamar no montante anual de recursos mobilizados.

Embora ainda não tenha entrado em atividade, o Banco do Sul, em seu Convênio Constitutivo, indica que poderá criar e administrar um Fundo Especial de Solidariedade Social com financiamentos reembolsáveis ou não reembolsáveis.

Tabela 23: Investimentos sociais

Nome	Investimentos sociais			
	Tipo / Modalidades de operação	Formas de acesso	Volume de recursos	Nº Iniciativas / Nº Beneficiários
BNDES	Fundo Social: Operações não reembolsáveis (a)	Seleção pública (sob forma de editais) Premiação Via “parceiros estratégicos” (intermediação para apoio continuado a projetos) (b)	2006-2008: média R\$ 9,4 milhões 2009-2012 : média R\$ 113 milhões 2012: R\$ 147 milhões	2010-2012: (c) 941 projetos com 82.669 famílias atendidas
Banco do Sul	(informações não disponíveis em virtude da instituição se encontrar em fase de estruturação/implantação)			

(a) Além deste tipo de financiamentos, o BNDES apoia algumas outras iniciativas de políticas públicas (PRONAF Mulher e Mulheres no Meio Rural);

(b) Exemplo de “parceiros estratégicos” do BNDES: Fundação Banco do Brasil, Fundação Vale, Fundação Odebrecht, Cáritas, etc;

(c) Período aproximado. A fonte de informação não explicita com clareza o período a que se referem estes projetos.

• Relações com ONGs

O Banco do Sul, em seu Convênio, também possibilita o financiamento, em qualquer país membro, de cooperativas e empresas associativas e comunitárias, desde que esse país manifeste sua não objeção. Quanto ao Fundo Social do BNDES, a relação com as ONGs se dá, principalmente, pela intermediação com seus “parceiros estratégicos” ou diretamente, sob a forma de patrocínios.

Tabela 24: Relações com as Organizações Não-Governamentais

Nome	Tipo de relações
BNDES	Fundo Social: Relação intermediada por “parceiros estratégicos”, tais como as fundações públicas e empresariais, entre outros; Patrocínios: eventos e publicações.
Banco do Sul	(informações não disponíveis em virtude da instituição se encontrar em fase de estruturação/implantação)

2.3 Organismos regionais multilaterais

• Caracterização dos organismos

Os organismos selecionados pelo estudo apresentam históricos e características diversas. Contudo, possuem significativas sobreposições, em particular quanto à sua área geográfica de abrangência (países membros) e, embora em menor medida, quanto aos seus principais objetivos (**tabela 25**). Um deles tem como foco a integração comercial (ALADI, **ficha 09**); outro, o desenvolvimento econômico e social orientado para o assessoramento técnico aos seus membros (CEPAL, **ficha 10**), e os dois restantes focam-se igualmente no processo de integração e de desenvolvimento econômico e social (MERCOSUL, **ficha 11** e UNASUL, **ficha 12**), ainda que o primeiro seja mais orientado para a integração comercial e o último possua um perfil mais apoiado no diálogo político e na integração sul-americana.

Tabela 25: Principais características dos organismos

Nome	Países Associados e Área Geográfica	Principais Objetivos
ALADI	13 Estados membros (a)	Integração comercial entre os Estados Membros. A temática social desenvolveu-se a partir de 2009.
CEPAL	44 Estados membros (b)	Colaborar com os Estados Membros na análise integral dos processos de desenvolvimento econômico e social.
MERCOSUL	6 Estados partes 6 Estados associados (c)	Criação de um mercado comum e integração comercial entre os Estados Membros. A dimensão social da atuação do bloco foi fortalecida nos últimos anos. (e)
UNASUL	12 Estados membros (d)	Promover o desenvolvimento social e humano, com equidade e inclusão, para erradicar a pobreza e superar as desigualdades regionais.

(a) Estados membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. A Nicarágua deverá regularizar sua adesão em breve (aprovação do Parlamento efetuada em abril 2013);

(b) Estados membros: os 33 países da América Latina e do Caribe + 11 países da América do Norte, Ásia e Europa;

(c) Estados partes: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Associados: Chile, Colômbia, Equador, Peru, Guiana e Suriname;

(d) Estados membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela;

(e) Em particular, com a criação do Instituto Social do Mercosul (2007), do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (2009) e a aprovação do Plano Estratégico de Ação Social (2011);

Indicam-se, na **tabela 26** a seguir, os momentos da criação desses organismos, os quais ilustram diferentes trajetórias históricas de amadurecimento institucional. O que mais chama a atenção é a complexidade da estrutura institucional do MERCOSUL, a qual envolve um grande número de instâncias e espaços de discussão/articulação, inclusive nas temáticas social e de gênero (**ficha 11**).

Mais especificamente com relação à estruturas vocacionadas para as questões de Gênero e dos Direitos das Mulheres, observa-se que apenas dois deles possuem órgãos com

esse perfil (CEPAL e MERCOSUL). Destaque-se a Conferência Sobre a Mulher da CEPAL, bem como a Reunião de Ministras e Ministros e Altas Autoridades da Mulher, criada em 2011 em substituição da REM.²⁰

Tabela 26: Estrutura institucional dos organismos

Nome	Criação	Estrutura Institucional (apenas os principais órgãos)	Estrutura para as Questões de Gênero e dos Direitos das Mulheres
ALADI	1980	Conselho de Ministros de Relações Exteriores Conferência de Avaliação e Convergência Comitê de Representantes Departamento da Dimensão Social (Secretaria Geral)	Não possui estrutura específica.
CEPAL	1948	Secretaria Executiva da CEPAL Divisões temáticas (12)	Divisão de Questões de Gênero. Conferência Regional Sobre a Mulher da América Latina e do Caribe.
MERCOSUL	1991	Conselho do Mercado Comum Grupo do Mercado Comum Parlamento do Mercosul Foro Consultivo Econômico-Social	Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher (RMAAM). (a)
UNASUL	2008	Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo Conselho de Ministras e Ministros de Rel. Exteriores Conselho de Delegadas e Delegados Conselhos Setoriais (12)	Não possui estrutura específica.

(a) Podem igualmente ser considerados como espaços relevantes para estes temas: Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social (Mercosul Social); Reunião de Ministros e Autoridades Competentes em Direitos Humanos; Reunião Especializada de Agricultura Familiar; Reunião Especializada de Cooperativas; Reunião de Ministros de Saúde; Alto Representante-Geral do Mercosul e Mercosul Educativo.

• Agenda social e de gênero dos organismos

De um modo geral, os organismos regionais em pauta possuem níveis diferenciados de incorporação das temáticas social e de gênero (**tabela 27**). No caso da ALADI, essa agenda social é muito recente (2009) – apesar desta já ter um Plano de Ação Prioritário na matéria – e ainda não abrangeu as questões de gênero. A CEPAL, desde 1994 deu início a um Programa de Ação Regional para as questões de gênero e, por outro lado, atualmente possui, entre seus 14 sub-programas (SPs) de trabalho, um SP específico que incorpora a perspectiva de gênero no desenvolvimento regional. O MERCOSUL aprovou, em 2011, um Plano Estratégico de Ação Social com 26 diretrizes, o qual é bastante abrangente com relação às temáticas socioeconômicas. Nesse Plano, têm particular destaque 10 diretrizes que explicitam diretamente as temáticas de gênero e dos direitos das mulheres. Por fim, a UNASUL, desde 2012, possui uma Agenda de Ações Sociais Prioritárias, com uma dessas Ações orientada para a proteção e o desenvolvimento das mulheres em situação de vulnerabilidade.

²⁰ REM – Reunião Especializada de Mulheres do Mercosul, que funcionou entre 1998 e 2011.

Tabela 27: Agenda Social dos organismos

Nome	Planos Prioritários	Temas / Eixos prioritários	Temáticas de Gênero e dos Direitos das Mulheres
ALADI	Plano de Ação Prioritário (PAP)	Fortalecimento institucional para a dimensão social	IND
		Cooperação técnico-financeira	IND
		Integração produtiva p/ a inclusão social	IND
		Aprofundamento e facilitação do comércio em apoio à inclusão social	IND
CEPAL	Programa de Trabalho da CEPAL	Sub-Programas temáticos (b)	Programa de Ação Regional para as mulheres da AL e do Caribe (c) <i>Sub-Programa 6: Incorporação da perspectiva de gênero no desenvolvimento regional</i>
MERCOSUL	Plano Estratégico de Ação Social (PEAS) (a)	10 Eixos e 26 Diretrizes estratégicas	10 Diretrizes estratégicas explicitam o recorte de gênero e dos direitos das mulheres. (d)
UNASUL	Agenda de Ações Sociais Prioritárias	Segurança alimentar	/
		Proteção e promoção social	Destaque: Mulheres em situação de vulnerabilidade
		Inclusão econômico-social e produtiva	Destaque: Economia solidária
		Participação cidadã (Foro)	/

IND Informação não disponível ou não especificada/consolidada na documentação do organismo.

(a) O PEAS visa erradicar a fome, a miséria, o analfabetismo e contempla temas tais como: Direitos Humanos, Segurança Alimentar e Gênero, etc;

(b) Entre os 14 Sub-Programas (SP) temáticos da CEPAL, 4 destacam-se na ótica social: Desenvolvimento social e igualdade (SP 5), Incorporação da perspectiva de gênero no desenvolvimento regional (SP 6), População e desenvolvimento (SP 7) e Desenvolvimento e Assentamentos humanos (SP 8);

(c) Esse Programa foi aprovado na 6ª Conferência Regional Sobre a Integração da Mulher no Desenvolvimento Econômico e Social da AL&C (1994).

(d) A descrição dos eixos, diretrizes e objetivos prioritários constam da **Ficha 11 da Parte II** do Relatório.

Os dirigentes máximos dos Estados membros de dois desses organismos pronunciaram-se recentemente sobre a temática de gênero. O Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo da UNASUL (novembro 2012), em sua VIª Reunião Ordinária, reafirmaram o seu “compromisso com a igualdade de gênero, empoderamento das mulheres e para a prevenção, punição e erradicação da violência contra as mulheres”. Ademais, na seleção dos funcionários da UNASUL, foi decidido se tomar em consideração critérios de gênero e étnicos, entre outros. Com esse mesmo intuito, os Presidentes dos Estados associados do MERCOSUL, nos comunicados dos três últimos anos (2011–2013), reafirmaram o seu compromisso com a proteção e promoção dos direitos das mulheres.

• Relações com ONGs

Em geral, as relações diretas dos organismos regionais com as organizações não governamentais ainda são muito limitadas ou indefinidas. Na ALADI, por exemplo, a participação da sociedade civil em geral é restrita aos segmentos empresarial, dos

trabalhadores e da academia. Na CEPAL, especificamente nas temáticas de gênero, essa participação das ONGs parece limitar-se à Conferência Regional Sobre a Mulher que se realiza a cada três anos.

No caso do MERCOSUL, a participação das ONGs, com relação à temática social, ocorre na Cúpula Social, que se realiza antes da reunião anual do Conselho do Mercado Comum no qual participam os Presidentes dos Estados partes. As ONGs e redes dos movimentos feministas e de mulheres podem participar como observadoras permanentes das reuniões da RMAAM.²¹

Por último, o Foro de Participação Cidadã da UNASUL já aprovado, que certamente contará com a participação de ONGs e movimentos sociais, deverá se reunir pelo menos uma vez por ano. Contudo, esse espaço ainda se encontra em processo de regulamentação (diretrizes, participantes, etc.).

Tabela 28: Relações com as Organizações Não-Governamentais

Nome	Tipo de relações
ALADI	Não possui relações diretas.
CEPAL	As ONGs podem participar da Conferência Regional Sobre a Mulher da América Latina e do Caribe. Sem evidências de relações mais diretas e regulares.
MERCOSUL	Até 2005: Fórum de Mulheres assessorava a REM (Reunião Especializada de Mulheres do Mercosul), com caráter de assessoria. A partir de 2005, esse espaço de participação foi aberto para outras redes e organizações de movimentos feministas e de mulheres. Essa participação ampliada continuou na RMAAM a partir de 2011. Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher (RMAAM). As ONGs participam no processo de discussão da Cúpula Social.
UNASUL	ONGs poderão, eventualmente, participar do Foro de Participação Cidadã que está em fase de regulamentação.

²¹ As organizações e redes regionais podem apresentar solicitação à Presidência *Pro tempore* da RMAAM para se credenciarem como observadoras permanentes.

3. Conclusões e recomendações

De um modo geral, o estudo aponta que as políticas de financiamento das organizações da sociedade civil, pelas entidades estatais estudadas, quando não inexistentes, ainda são muito limitadas. Isso verifica-se tanto do ponto de vista do volume dos recursos envolvidos, quanto das sistemáticas de concessão e da transparência desses processos.

Ademais, é sabido que o acesso das ONGs a recursos públicos ainda “esbarra em múltiplos problemas que vão da desconfiança, da burocracia e ética governamental à descontinuidade das políticas públicas, passando pela ausência de mecanismos claros e transparentes de contratação (...).”²²

Vale sublinhar que o Fundo Autônomo regional visado por este trabalho está inserido na construção de uma nova forma de relacionamento das ONGs – neste caso, das organizações de mulheres – com empresas cujos Estados nacionais possuem o controle acionário. Considerando essa amplitude continental, trata-se de uma tarefa extremamente complexa e que exige uma engenharia de articulações institucionais bastante diversificadas e complementares. Ainda mais considerando que, através de seus apoios financeiros, essas empresas visam, em última instância, a projeção da sua imagem corporativa ou de uma boa visibilidade – o que tanto pode representar oportunidades como fatores complicadores adicionais.

3.1 Sobre as parcerias estratégicas com as empresas estatais e bancos de desenvolvimento

3.1.1 Empresas estatais

1. Em termos de potenciais parcerias, as empresas **petrolíferas** e os **bancos de desenvolvimento** podem ser consideradas como prioritárias (ou com maior propensão a desenvolver essas parcerias), posto que possuem uma área geográfica de atuação ampliada que coincide com a proposta de um Fundo Autônomo com foco alargado à América do Sul. Em se tratando de um Fundo com foco eventualmente restrito aos países do Mercosul, as **hidrelétricas** poderiam, por hipóteses, ter maior interesse nesse tipo de parceria.

2. A **Petrobrás** se destaca tanto em termos de RSE, quanto de cultura organizacional na ótica de GRE. Pois possui política interna de equidade de gênero, assumiu compromissos internacionais e nacionais relevantes e há evidências do seu engajamento efetivo

²² *Sustentabilidade das ONGs no Brasil : acesso a recursos privados* (Associação Brasileira de ONGs, 2010).

nesses âmbitos. Acresce que a empresa possui um programa específico voltado para o desenvolvimento da cidadania, dotado de financiamentos, envolvendo as questões de GRE e de uma sistemática transparente (editais públicos) que possibilita o seu acesso às ONGs. Subsistem, no entanto, alguns limites financeiros (a empresa aplica menos de 1% do lucro líquido consolidado)²³ e fatores que devem ser ponderados – e que podem, eventualmente, desestimular sua eventual participação num Fundo dessa natureza, intermediador de financiamentos a ONGs: a empresa já possui tradição de relações diretas com ONGs, bem como sistemas de gerenciamento, com uma área profissionalizada de monitoramento. Em contrapartida, a favor desse Fundo Autônomo pode ser invocada a sua potencialidade para garantir facilidades adicionais associados a ganhos de escala no número global de projetos apoiados pela empresa.

3. O caso da **PDVSA** é específico e *sui generis*, pois possui um papel estratégico no âmbito dos financiamentos destinados, entre outros, a fomentar o desenvolvimento social do país. Contudo, esse investimento não enfoca claramente as questões de gênero nem informa, com clareza, o papel das ONGs na sua sistemática de financiamentos. Esse investimento é igualmente focado no país de origem. Todavia, deve se considerar que a empresa possui uma área de atuação ampliada a outros países e poderá, dentro de sua estratégia geopolítica, vir a se interessar pela ampliação de seus investimentos sociais a esses países, em especial no espaço do Mercosul.

4. A **YPF** não tem tradição nem política consistentes de investimento social, sobretudo na área de GRE devido à lógica econômica que predominou durante o período de sua privatização. Observou-se, no entanto, que a empresa se encontra desde 2012 num período de transição e com perspectivas de implantar uma verdadeira política de investimento social. É importante acompanhar essa evolução, a qual pode representar uma futura janela de oportunidades para o estabelecimentos de parcerias com o Fundo.

5. As **Hidrelétricas**, pelo seu caráter binacional, possuem um importante fator limitante à sua eventual mobilização como parceiras do Fundo, posto que sua atuação restringe-se aos dois países de sua implantação. Ainda mais quando se considera que o seu foco de RSE fica demasiado direcionado às regiões e populações do entorno de seu empreendimento. Mesmo dentro desses limites, a **Itaipu** se destaca pela sua política de RSE e de gênero mais amadurecida e consolidada: a empresa assume vários compromissos nacionais e internacionais com forte indícios de engajamento real. No entanto, os seus investi-

²³ Com efeito, a alocação anual de recursos na área social (em 2012) foi de R\$ 201,2 milhões (0,95% do lucro líquido). Esse padrão de investimento social não só apresenta alcance limitado num país dimensão continental, e com uma população de 200 milhões de hab., como, a ser continuado, deixa pouca margem para ampliação. Note-se que, no edital referente ao período 2013-2014, previu-se um montante de apenas R\$ 145 milhões destinado a 130 projetos.

mentos sociais são, em boa parte, desenvolvidos diretamente e em parceria com o setor governamental e – apenas de forma eventual e pouco transparente – com as ONGs. A empresa **Yacyretá** segue pelo mesmo caminho, embora com menor amadurecimento (sua política interna de GRE data de 2011), compromissos nacionais ainda incipientes, ações pouco estruturadas e falta de transparência nos investimentos de RSE operados através de ONGs. No caso de **Salto Grande**, o nível da informação obtida, bem como de sua transparência, constrangeram sobremaneira a avaliação. Consequentemente, verificaram-se poucos dados/informações sobre sua política social e de GRE, os compromissos assumidos, etc.

3.1.2 Bancos de desenvolvimento

6. Assim como no caso das empresas petrolíferas, na análise dos bancos de desenvolvimento reafirma-se, como um dos elementos facilitadores ao estabelecimento das parcerias pretendidas, a sua área geográfica ampliada de atuação. Mas a grande diferença entre as duas instituições estudadas reside em suas trajetórias históricas: enquanto o **BNDES** comemora mais de 60 anos de existência, o **Banco do Sul** ainda está em fase de estruturação.

7. O **BNDES** apresenta algumas características que favorecem o estabelecimento de parcerias com o Fundo Autônomo: possui orientação clara para consolidar sua atuação na AL; encontraram-se algumas evidências de engajamento na temática social e de fortalecimento da autonomia das mulheres e conta com uma política interna de equidade de gênero. Além disso, possui um Fundo Social com operações não reembolsáveis baseado na estratégia de estabelecimento de parcerias com fundações públicas e empresariais, as quais cumprem um papel de intermediadoras nas relações com as ONGs implementadoras dos projetos financiados. Essa estratégia alavancou o volume de recursos alocados para a área social, o número de projetos beneficiados e, consequentemente, o número de beneficiados. Essa forma de atuar favorece fortemente a possibilidade de estabelecimento de parcerias com o Fundo aqui visado. Cabe destacar, porém, que o volume de recursos investido através do Fundo Social é ainda bastante limitado (R\$ 147 milhões em 2012). Um último elemento a ser considerado são os limites legais de atuação do **BNDES** para investimentos fora do território do Brasil.²⁴

8. Como foi dito, o **Banco do Sul** ainda se encontra em estruturação, mas já apresenta pontos que favorecem uma parceria com o Fundo. Dentre estes, cita-se o fato do Banco já possuir o envolvimento potencial dos sete países da América do Sul que assinaram o

²⁴ Muito embora este aspecto mereça ser melhor detalhado, posto que o presente estudo se baseou em fontes indiretas com relação a este aspecto.

Convênio Constitutivo, os quais representam parte significativa da possível área de atuação do Fundo Autônomo (América do Sul). Além disso, esse Convênio abre perspectivas para a criação de um Fundo Especial de Solidariedade Social contando com financiamentos não reembolsáveis destinados, entre outros, a cooperativas e a empresas associativas e comunitárias.

3.1.3 Principais recomendações

9. A definição das grandes linhas do **desenho do Fundo Autônomo** deve caminhar concomitantemente à articulação de parcerias e se alimentar dessa dinâmica. A falta dessa definição não favorece o diálogo, ainda que preliminar, com eventuais parceiros. Aliás, essa carência de definição dificultou o estabelecimento de recomendações mais específicas e coerentes no âmbito do presente estudo. Nesse desenho preliminar do Fundo, destacam-se: **(i)** países visados para compor a sua área de atuação; **(ii)** visão estratégica (metas a atingir e dimensão financeira almejada pelo fundo em sua fase inicial, etc.); **(iii)** bases para garantir a sua institucionalidade e legitimidade; **(v)** pré-requisitos mínimos para o estabelecimento de parcerias; **(vi)** perfil das potenciais ONGs demandantes e **(vii)** critérios/modalidades de seleção, operação e acompanhamento das ações financiadas (em linhas gerais).

10. Sugere-se, na fase inicial do Fundo, uma **estratégia ou abordagem setorial na prospecção de parcerias financeiras** (ou seja, prospectar um conjunto de empresas selecionadas de um mesmo setor de atividade). Bem como buscar desenvolver uma **estratégia de “apadrinhamento”** através dessas parcerias, inclusive como forma de lobby e convencimento de novos aliados/parceiros. Por outras palavras, uma empresa “madrinha” (ou primeiro investidor) que lastreie a proposta inicial do Fundo e possa contribuir para alavancar novos parceiros. Uma confluência dessas duas estratégias poderia ser obtida com a **priorização das empresas petrolíferas na fase inicial**, privilegiando uma empresa como a **Petrobrás**, com forte potencial de aderência à proposta do fundo.²⁵

11. A **PDVSA** pode representar uma outra fonte importante de recursos, ainda que em um segundo momento. Sobretudo no âmbito de um Fundo Autônomo que opte por privilegiar, como área de atuação, os Estados Partes e Associados do Mercosul, tendo em conta a estratégia geopolítica da Venezuela no sub-continente. A incorporação de redes ou ONGs venezuelanas de mulheres no conjunto das organizações que estarão à frente da iniciativa do Fundo poderá ser um fator decisivo para o estabelecimento dessa parceria com a PDVSA.

²⁵ Vale lembrar que a Petrobrás tem atuação relevante nos 8 países da América do Sul que possuem ONGs integrantes da AFM.

3.2 Sobre a articulação institucional e política

As redes e organizações feministas e de mulheres sul-americanas, envolvidas no debate da construção do Fundo Autônomo aqui tratada, certamente possuem amplo e aprofundado conhecimento e experiência no processo de articulação institucional e política no nível nacional e regional, a qual constitui um dos elementos estruturantes de sua atuação. Nesse sentido, as conclusões e recomendações que seguem têm tão somente a pretensão de elencar alguns dos atores institucionais considerados fundamentais nesse processo.

3.2.1 No âmbito nacional

1. O primeiro nível de **articulação institucional** a ser observado no âmbito nacional, e que deverá também ser a base desse processo em nível regional, deve se dar com os **Organismos Executivos nacionais** responsáveis pelas políticas para as mulheres e a temática de gênero em cada país,²⁶ bem como com os **Colegiados nacionais** que contam com a representação das redes e organizações feministas e de mulheres, sempre que estes existirem.²⁷ O apoio desses dois tipos de organismos à proposta de criação de um Fundo dessa natureza é um pré-requisito indispensável e *sine qua non* para se desenvolver um processo de articulação institucional mais ampliado.

2. Além da articulação com as **Diretorias Executivas** das entidades potenciais parceiras do Fundo, uma articulação preliminar com os **Ministérios de tutela** ou aos quais as entidades são vinculadas (ou com os ministérios com maior força política no Conselho de Administração dessas entidades), pode contribuir no processo de negociação de parcerias/apoios financeiros com as entidades sob controle do Estado. Essa articulação é decisiva se o volume de recursos a negociar com essas entidades for expressivo e/ou for superior ao padrão historicamente destinado para esses investimentos sociais.

3. Dado o caráter multilateral/regional do futuro Fundo Autônomo, o **Ministério das Relações Exteriores/Internacionais** deverá ser considerado como um ator-chave institucional para o avanço da sua construção. Em particular, através das áreas desses organismos que tratam das políticas para as mulheres e de integração regional.

²⁶ Como exemplos, podem ser citados a *Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM* no Brasil; a *Alta Consejería para la Equidad de la Mujer* na Colômbia; o *Instituto Nacional de la Mujeres* que funciona no Ministério de Desenvolvimento Social do Uruguai; o *Ministerio del Poder Popular para La Mujer* na Venezuela.

²⁷ Citam-se, entre outros: o *Conselho Nacional dos Direitos das Mulher - CNDM* no Brasil e o *Nacional Consultivo de Lucha contra la Violencia Domestica* no Uruguai.

4. Por fim, recomenda-se que sejam igualmente desenvolvidos esforços para envolver os **grupos/articulações de mulheres parlamentares** dos países concernidos²⁸ na busca por apoio político à proposta de criação desse Fundo Autônomo. Inclusive, estes grupos parlamentares podem, eventualmente, desempenhar um papel decisivo como facilitadores das articulações com as entidades estatais.

3.2.2 No âmbito dos organismos regionais/internacionais

5. A **ALADI**, embora possua uma implantação regional alargada (está presente em 10 países da América do Sul), o seu foco de atuação é predominantemente orientado para a integração comercial. A inclusão da temática social em sua agenda política é muito recente e a de gênero ainda não é perceptível. Por essa razão, por enquanto o ambiente institucional desse organismo não parece ser promissor para a busca de apoio político-institucional à criação do Fundo Autônomo.

6. A **CEPAL**, organismo consolidado e com grande legitimidade na AL, que desenvolve um trabalho de assessoramento aos países membros e a outras instituições de desenvolvimento/integração regional (UNASUL, por exemplo), possui um ambiente institucional favorável à construção de um Fundo Autônomo desta natureza. Ademais, o fato de possuir uma Divisão específica para as questões de gênero, tende, neste primeiro momento, a facilitar o apoio dessa Comissão ao desenho desse Fundo tanto do ponto de vista político-institucional quanto técnico. A XII Conferência Regional sobre a Mulher na AL&C coordenada pela CEPAL, que ocorrerá em outubro de 2013, poderá, igualmente, ser um momento privilegiado para alavancar a proposta do Fundo.

7. Nascida com uma visão essencialmente política, a **UNASUL** é um mecanismo geograficamente amplo (12 países) com vistas à integração sul-americana e à promoção do desenvolvimento social e humano com equidade e inclusão. É dotada de institucionalidade mais “leve” que o Mercosul, mas ainda se encontra em processo de amadurecimento. Essa organização está aberta à participação social/cidadã e atua como facilitadora da concertação através do diálogo. Assim, os propósitos dessa União favorecem, até certo ponto, a busca de apoio político a uma proposta como a do Fundo Autônomo, em que pese o fato dela ainda não possuir uma estrutura específica que aborde as questões de gênero e dos direitos das mulheres. Até porque o compromisso com essa temática foi enfatizado na VIª Reunião Ordinária do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e Governo da UNASUL.

²⁸ Tais como como a *Bancada Bicameral Femenina do Parlamento* do Uruguai, *Bancada Feminina do Congresso Nacional* do Brasil ou a *Comisión Legal para la Equidad de la Mujer do Congresso da República* da Colômbia.

8. O **MERCOSUL** é “um projeto de inserção internacional plena (econômica, social e política)”²⁹ que possui estrutura institucional e processo decisório bastante complexos. A temática de gênero se fez cada vez mais presente sob a influência dos organismos executivos nacionais (que têm como foco essa temática) e dos movimentos de mulheres dos países concernidos. A importância dessa temática se manifesta não só através de seu espaço próprio (RMAAM), como também, transversalmente, em outras instâncias do MERCOSUL que abordam as diferentes políticas públicas. Nesse contexto, o organismo possui um ambiente institucional amadurecido e potencialmente propício ao desenvolvimento de parcerias com o futuro Fundo, especialmente no âmbito técnico e do apoio político.

3.2.3 Principais recomendações

9. Considerando sua importância estratégica na integração sul-americana, que extrapola seus limites geográficos formais, e a sua incorporação sistêmica da temática de gênero e de políticas para as mulheres, o **MERCOSUL** é um organismo que deve ser privilegiado no processo de articulação de apoio político à proposta do Fundo Autônomo. Além da RMAAM, outros espaços se destacam nessa articulação institucional:

- o **Parlasul**, especialmente a sua bancada feminina, pode repercutir esse debate, contribuindo com a definição de um apoio político do Mercosul ao Fundo. Um exemplo dessa possível repercussão poderá ser o uso de uma de suas prerrogativas de promoção de reuniões com outras instâncias do Mercosul, como o Foro Consultivo Econômico-Social, para abordar a temática da sustentabilidade das organizações de mulheres;
- o **Instituto Social do Mercosul**, que deve cumprir um papel estratégico na implementação do PEAS, pode ser um apoio ao assessoramento técnico-político da proposta de criação do FA;
- as **Cúpulas Sociais**, espaço privilegiado dos movimentos sociais, devem ser vistas como uma oportunidade para obter a inclusão da temática da sustentabilidade das organizações de mulheres em sua agenda – um desafio a ser perseguido pelos movimentos de mulheres.

10. O apoio da **CEPAL** à constituição do Fundo deve ser buscado como uma das possíveis fontes de assessoramento técnico para o seu desenho e operacionalidade, em particular, junto à Divisão das Questões de Gênero dessa Comissão.

²⁹ “O Mercosul e a Unasul na atual Conjuntura”, Ruy Carlos Pereira (Carta Maior, 27.12.2012, disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=21445).

11. Quanto à **UNASUL**, apesar desta organização possuir potencialidades e um ambiente propício à temática de gênero, a sua construção recente ainda não permitiu dispor de instrumentos político-operacionais para garantir um apoio mais efetivo no curto prazo. De qualquer forma, trata-se de uma organização que deve ser fortemente considerada no processo de articulação, inclusive por sua relação com o Banco do Sul.

12. **ONU Mulheres**, entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, criada em 2010, possui, entre as cinco estratégias centrais que baseiam sua atuação, o “fortalecimento de capacidade de organizações governamentais e não governamentais de mulheres, para que estas exerçam influência na definição de prioridades e na formulação de políticas e programas”. Tal estratégia é coincidente com os propósitos do Fundo Autônomo, razão pela qual, recomenda-se, obviamente, que os seus escritórios para as regiões Andina e do Cone Sul sejam envolvidos, de uma forma ou de outra, na construção desse Fundo.³⁰

Outras recomendações

13. Recomenda-se, ainda, o **aprofundamento do estudo de algumas entidades** selecionadas entre as aqui analisadas, com destaque para a sua atuação e estratégia geopolítica na América do Sul. Tal análise complementar deverá obter informações mais diversificadas, detalhadas/consolidadas e atualizadas através, entre outros, de visitas de campo (entrevistas) e da consulta de outras fontes mais (trabalhos acadêmicos, literatura internacional, portais, etc.). Ademais, e tanto quanto possível, essa análise complementar deveria ser precedida e qualificada/enriquecida pelo olhar crítico do conjunto das redes e organizações de mulheres da Articulación Feminista Marcosur sobre as entidades aqui estudadas (e outras mais, como se sugere abaixo).

14. Recomenda-se, por fim, para complementar esse estudo, a **seleção de novas entidades** estatais com atuação destacada na América do Sul, feita com base numa melhor delimitação do território de operacionalização do futuro Fundo Autônomo (pelo menos, na sua fase inicial). Entre essas, sugere-se que seja destacada a ECOPETROL (Colômbia), uma das petrolíferas mais importantes da América Latina.³¹

³⁰ O escritório para a Região Andina atua na Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. O escritório para a Região do Cone Sul atua na Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

³¹ Empresa que não foi possível incluir neste estudo em decorrência das suas limitações de tempo e de recursos.

4. Anexo

Questionário destinado ao levantamento das **instituições essenciais no processo de articulação** com potenciais parceiros nacionais, regionais e internacionais.



*Projeto de Criação de um Fundo em Prol da
Igualdade de Gênero e da Autonomia das Mulheres*

QUESTIONÁRIO

Levantamento das **instituições essenciais no processo de articulação** com potenciais parceiros nacionais, regionais e internacionais.

(Favor preencher com fonte ARIAL 10 ou ARIAL NARROW 11)

País: Entidade:

Responsável preenchimento: Data preenchimento :

1. O País conta com órgãos específicos em nível nacional que cumprem o papel de promover a articulação institucional interna, a coordenação e a integração das ações do Governo?

SIM Especificar:

NÃO

Observações:

2. O órgão nacional que trata das Relações Internacionais/Exteriores (Ministério, Chancelaria, etc.) possui:

2.1 Uma unidade específica que trata da temática de gênero?

SIM Especificar:

NÃO

Observações: E

2.2 Uma unidade específica que trata das relações com os demais países latino-americanos?

SIM Especificar:

NÃO

Observações:

3. Institucionalidade das Políticas para as Mulheres no país – Organismos importantes:

3.1 Organismo executivo nacional responsável pelas políticas para as mulheres.

NÃO SIM Especificar:

Organismo	Nome completo	Observações
• Ministério:		
• Secretaria:		
• Subsecretaria:		
• Outros:		
		

3.2 Organismos colegiados nacionais com participação social.

NÃO SIM Especificar:

Organismo	Nome completo	Observações
• Conselho:		
• Comitê:		
• Outros:		
		

4. Poder Legislativo nacional - Existência de articulação das mulheres parlamentares ou de uma unidade orgânica que trata da temática de Gênero e das Políticas para as Mulheres:

NÃO SIM Especificar:

Tipo	Nome completo	Observações
• Bancada Feminina:		

